

GUILHERME MADEIRA

GUSTAVO BADARÓ

ROGERIO SCHIETTI CRUZ

CÓDIGO de PROCESSO PENAL

Estudos comemorativos aos
80 ANOS de vigência

Volume

1

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Aiana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Código de Processo Penal : estudos comemorativos aos 80 anos de vigência : Volume 1 / Guilherme Madeira, Gustavo Badaró e Rogerio Schietti Cruz. Coordenação São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-643-6

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Madeira, Guilherme. II. Badaró, Gustavo. III. Cruz, Rogerio Schietti.

21-84460

CDU-343.1(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de Processo Penal 343.1(81)(094.4)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ROGERIO SCHIETTI CRUZ, GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ E GUILHERME MADEIRA DEZEM	
SOBRE OS COORDENADORES.....	9

PARTE I PRINCÍPIOS

PENSANDO UM SISTEMA ACUSATÓRIO PARA O BRASIL A PARTIR DOS MODELOS DOS EUA, DA ARGENTINA, DO CHILE E DO MÉXICO	27
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, ANA MARIA LUMI KAMIMURA MURATA E THIAGO COCHENSKI BORBA	
1. Introdução	27
2. Experiência estrangeira	29
2.1. Investigação	29
2.1.1. Estados Unidos.....	29
2.1.2. Argentina	30
2.1.3. Chile	32
2.1.4. México	34
2.2. Acusação e juízo de admissibilidade.....	35
2.2.1. Estados Unidos	35
a) Audiência preliminar (<i>Preliminary hearing</i>).....	35
b) “ <i>Formal charge</i> ” e a audiência perante o <i>Grand Jury</i>	35
c) <i>Arraignment</i> (Acusação)	36
2.2.2. Argentina	37
2.2.3. Chile	38
2.2.4. México	39
a) <i>Continuación de la audiencia inicial</i>	39
b) <i>Audiencia Intermedia</i>	40
2.3. Processo e sentença	40
2.3.1. Estados Unidos.....	40
a) <i>Discovery</i>	40
b) <i>Pre-Trial Motions</i>	41
c) <i>Trial</i>	41

d) <i>Post-Trial Motions</i>	41
e) <i>Sentencing</i>	41
2.3.2. Argentina	42
2.3.3. Chile	43
2.3.4. México	44
3. Aproximação de um modelo acusatório para o processo penal brasileiro	45
3.1. Fundamentos	46
3.2. Princípios e regras: regência do art. 4º do PLS 156/09.....	48
3.3. Um exemplo a partir da <i>persecutio criminis</i>	51
3.3.1. Audiência inicial (investigação)	52
3.3.2. Audiência intermediária (acusação, juízo de admissibilidade e preparação do julgamento)	54
3.3.3. Audiência de julgamento (mérito)	55
4. Referências bibliográficas.....	56

A (AINDA) NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

MAURO FONSECA ANDRADE

1. Introdução	59
2. A reserva de jurisdição aplicada à temática criminal.....	60
2.1. A fiança como medida cautelar pessoal	61
2.2. O sigilo das investigações criminais	62
3. O princípio do contraditório como proibição de decisão-surpresa	63
4. Uma releitura da ação penal privada subsidiária da pública.....	65
5. Conclusão	68
6. Referências bibliográficas.....	68

TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR. DO PROCESSO PENAL DISPUTADO À REVOLUÇÃO CONSENSUAL. PRESENTE, PASSADO E FUTURO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

MARCOS ZILLI

1. Revolução e o sistema de Justiça Penal	71
2. A revolução negociada no processo penal. Acordos para a criminalidade de menor gravidade	75
3. O acordo de colaboração premiada e a segunda onda consensual.....	82
3.1. Em busca da eficiência do aparato persecutório	82
3.2. O acordo de colaboração premiada como negócio jurídico processual. Leituras sobre a divisão de papéis entre os sujeitos processuais.....	84
4. O acordo de não persecução penal e a terceira onda consensual do processo penal brasileiro.....	92
5. O estado da arte da Justiça consensual no Brasil	96
6. Referências bibliográficas.....	97

RACISMO ESTRUTURAL, PROCESSO PENAL E A JUSTIÇA RESTAURATIVA...	101
TAMIRES GOMES SAMPAIO	
1. Introdução	101
2. Racismo estrutural e sistema de justiça criminal	103
3. Justiça restaurativa e processo penal	105
4. Referências bibliográficas.....	109
PACOTE ANTICRIME, DERRUBADA DE VETOS E O INÍCIO DA VIGÊNCIA DOS DISPOSITIVOS REINCORPORADOS: REPERCUSSÕES NO PROCESSO PENAL.....	111
CARLOS E. ELIAS DE OLIVEIRA E ROGÉRIO SANCHES CUNHA	
1. Introdução	112
2. <i>Vacatio legis</i>	112
3. Entrada em vigor de lei no caso derrubada de veto total ou parcial (“repescagem legislativa”)	113
4. Como computar a <i>vacatio legis</i> dos dispositivos retardatários? Resposta com base no princípio da autonomia dos dispositivos da lei	115
5. Caso da Lei 13.964/19 (Pacote Anticrime): a partir de quando se aplica a qualificadora do “emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido” para homicídios?	117
6. Repercussões no processo penal e uma derradeira indagação.....	118
A COMISSÃO DE JURISTAS PARA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – 1937/1938.....	121
ANTONIO PEDRO MELCHIOR	
1. Introdução	121
2. Francisco Campos e a consolidação jurídica do Estado autoritário no Brasil	122
3. Repressão política e a comissão de juristas para o Código de Processo Penal	127
a. Posição dos juristas da comissão diante da perseguição política: exemplos de Narcélio de Queiroz e Nelson Hungria	129
b. Entre o esgotamento do regime e emprego da retórica liberal	135
4. Conclusões parciais.....	141
5. Referências bibliográficas.....	143
O PROCESSO NO EXERCÍCIO DO GARANTISMO PENAL	145
TECIO LINS E SILVA	
1. A matriz autoritária do CPP e do CPPM	145
2. O art. 297 do CPPM e a advocacia em tempo de ditadura	151
3. Conclusão	153
4. Referências bibliográficas.....	153

80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: RUMO AO FUTURO OU FIRMES NO PASSADO?	155
RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA	
DIREITO À DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO PENAL E NOVAS TENDÊNCIAS DA JUSTIÇA CRIMINAL	171
VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS	
1. Introdução	171
2. Ampla defesa e defesa técnica na justiça criminal: delineamentos na Constituição de 1988 e no Código de Processo Penal	172
3. Direito à defesa penal técnica na Convenção Americana de Direitos Humanos	175
4. Justiça criminal negocial e assistência por defesa técnica: o requisito da informação como pressuposto da voluntariedade	179
5. Considerações finais	183
6. Referências bibliográficas	183
PROCESSO PENAL AUTORITÁRIO VERSUS PROCESSO PENAL GARANTISTA: DOIS ANTÍPODAS, UMA ESCOLHA	185
ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO E JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	
1. 80 anos do CPP brasileiro: um filho do “nosso pequenino fascismo Tupinambá”	185
2. O CPP de 1941 e a epistemologia substancialista: um clássico modelo de processo penal autoritário	189
3. A Constituição de 1988 e a Epistemologia Convencionalista: um programa garantista para o Processo Penal.....	195
4. Referências bibliográficas.....	198
A NULIDADE COMO TEMA CENTRAL DO PROCESSO PENAL	201
ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
1. Introdução	201
2. Fundação do direito positivo pela possibilidade de nulidade	202
3. Delimitação do conceito de nulidade	203
4. Problematização da nulidade	205
5. A nulidade deve ser ponto de partida no CPP.....	206
6. A nulidade deve ser eixo central do direito processual penal.....	207
7. A nulidade deve receber dogmática estruturante de suas articulações.....	209
8. Conclusão	211
9. Referências bibliográficas.....	212
80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: A PAULATINA NATURALIZAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO	215
CARLOS ALBERTO GARCETE	
1. Introdução	215

2.	Terminologias inadequadas ao compromisso com o sistema acusatório.....	218
2.1.	Liberdade provisória	218
2.2.	Formação de culpa	221
2.3.	<i>In dubio pro societate</i>	222
3.	Modernas tendências ao processo penal contemporâneo	224
3.1.	Plenitude de defesa no tribunal do júri	224
3.2.	Juiz de garantias	229
3.3.	Investigação defensiva.....	231
3.4.	Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).....	232
4.	O Projeto de Lei n. 8.045/2010 (novo Código de Processo Penal).....	235
5.	Conclusão.....	237
6.	Referências bibliográficas.....	239
 APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO DIREITO PROCESSUAL PENAL		241
LUIZ FUX		
1.	O Processo Civil e o Processo Penal enquanto faces do Direito Processual....	241
2.	Cenário motivador do Código de Processo Civil de 2015.....	242
3.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal	253
4.	Referências bibliográficas.....	261
 PROCESSO PENAL, TECNOLOGIA E DEMOCRACIA		263
LUIZ EDSON FACHIN E FABIO FRANCISCO ESTEVES		
1.	Nota prévia.....	263
2.	Inteligência artificial e processo penal.....	264
2.1.	Discriminação algorítmica e predição de decisões judiciais.....	265
3.	Tribunal do júri e a democrática produção da decisão sobre o juízo do fato	269
3.1.	Os efeitos da diversidade na composição do tribunal do júri	270
4.	Conclusão	276
5.	Referências bibliográficas.....	277
 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA TECNOLÓGICA.....		279
JOSÉ AFRÂNIO VILELA E MATEUS RESENDE VILELA		
 O IN DUBIO PRO SOCIETATE NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA ORIGEM E DO HISTÓRICO DE SUA APLICAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		297
REYNALDO SOARES DA FONSECA, HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI E AMANDA SCALISSE SILVA		
1.	Introdução	298

2. A origem e a (im)possibilidade de aplicação do <i>in dubio pro societate</i> segundo a doutrina brasileira	299
3. A aplicação do <i>in dubio pro societate</i> pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	301
4. Conclusões.....	304
5. Referências bibliográficas	305

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL

NÉVITON GUEDES

1. Introdução	307
2. Da Constitucionalização do Direito Ordinário	307
3. O Iluminismo e a racionalização do processo penal	310
4. A constitucionalização do direito processual penal.....	312
5. O Caso brasileiro.....	314
6. Referências bibliográficas.....	319

POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO, TECNICISMO E AUTORITARISMO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO: BREVISSIMA REVISÃO CRÍTICA ...

RICARDO JACOBSEN GLOECKNER E MAURICIO STEGEMANN DIETER

1. Introdução	321
2. A subordinação do positivismo ao tecnicismo para realização da defesa social	322
3. Algumas conclusões.....	332
4. Referências bibliográficas.....	333

RELEITURA DA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA REPRIMENDA PENAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, DA PROPORCIONALIDADE E DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

1. Introdução	337
2. Rápida incursão histórica na evolução do princípio da individualização concreta da pena pelos magistrados no sistema penal brasileiro.....	339
3. Fixação da pena-base e natureza das circunstâncias judiciais.....	340
4. Elementares do tipo, circunstâncias judiciais e a relação entre elas	343
5. Residualidade das circunstâncias judiciais	344
6. Peculiaridades da circunstância judicial “culpabilidade”, prevista no art. 59 do Código Penal.....	345
7. Parâmetros de cálculo da pena-base: sopesamento das circunstâncias judiciais	347
8. Dos reflexos da adoção das diversas correntes doutrinárias	350
9. Outras opções adotadas pelos julgadores na modulação da pena-base	351
10. Conclusão	352
11. Referências bibliográficas.....	353

PARTE II
INVESTIGAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO NA FASE PRÉ-PROCESSUAL...	357
ALEXIS COUTO DE BRITO	
1. Introdução	357
2. O Panorama Processual penal de 1941 a 2008.....	358
3. A mudança de postura: a alteração processual civil	360
4. Perícia e sistema inquisitório.....	362
5. Sistema acusatório, contraditório e paridade de armas	365
6. Conclusão	367
7. Referências bibliográficas.....	368
REGIME JURÍDICO DO ARQUIVAMENTO DE INVESTIGAÇÕES PENAIS	369
ANDRÉ ESTEFAM	
1. Introdução	369
2. Investigação penal e polícia judiciária	370
2.1. O procedimento investigatório criminal	371
3. Demais instrumentos jurídicos de investigação penal	371
4. Arquivamento de investigações penais	372
5. Controle de arquivamento de investigações penais (modelo tradicional)	373
6. O “calcanhar de Aquiles” do modelo tradicional	374
7. Lei Anticrime e o controle de arquivamento de investigações penais	375
8. Arquivamento de procedimentos investigatórios nos casos de atribuição originária do Chefe do Ministério Público.....	377
9. A primazia do Chefe do Ministério Público Federal para iniciar e arquivar investigações em casos de sua atribuição originária	379
PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A LEI N. 13.964/19, ASPECTOS PROCES- SUAIS.....	381
AFRÂNIO SILVA JARDIM E PIERRE SOUTO MAIOR COUTINHO DE AMORIM	
1. Introdução	381
2. Juiz de Garantias e arquivamento do inquérito e peças de informação	381
3. Acordo penal anterior à denúncia (acordo de “não persecução” penal)	384
4. Alterações na prisão preventiva e na colaboração premiada	386
5. Conclusão	388
80 ANOS DO CPP: NOTAS SOBRE O NOVO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL EM UM SISTEMA ACUSATÓRIO “À LA CARTE”	391
ANDRÉ NICOLITT E SAULO MATTOS	
1. Introdução: retalhos acusatórios em um CPP inquisitório	391
2. A abertura dialógica do novo procedimento de arquivamento do inquérito policial.....	394

3. Da fiscalização anômala do Poder Judiciário à autofiscalização finalística do Ministério Público: a trilha acusatória do novo procedimento de arquivamento	398
4. Considerações finais	403
5. Referências bibliográficas.....	403

PARTE III AÇÃO PENAL

O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PROCESSUAL PENAL EM SEU CONFRONTO COM A REALIDADE: O PROCESSO ACUSATÓRIO E OS DESAFIOS POLÍTICO-CRIMINAIS.....	407
--	------------

MARCO AURÉLIO NUNES DA SILVEIRA

CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL CONDENATÓRIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO	417
---	------------

GUILHERME MADEIRA DEZEM E ADALBERTO DE CAMARGO ARANHA

1. Introdução	417
2. A construção original das condições da ação penal condenatória no modelo original do Código de Processo Penal: nascedouro e evolução doutrinária	419
2.1. Antecedentes	419
2.2. A edição do Código de Processo Penal de 1941	420
2.3. A doutrina e as condições da ação penal condenatória – 1941 a 2008... ..	421
3. A construção das condições da ação penal condenatória após a reforma de 2008	424
4. Função das condições da ação penal condenatória e proposta de classificação	427
5. Conclusão	433
6. Referências bibliográficas	434

O ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL APLICADO AOS CRIMES DE OMISSÃO IMPRÓPRIA	437
---	------------

FLÁVIA GUTH

1. Introdução	437
2. A denúncia e seus pressupostos de validade	439
2.1. O real significado da expressão “exposição do fato criminoso e suas circunstâncias”	442
2.2. Denúncia genérica em crimes societários: a inépcia da inicial acusatória	444
3. O injusto omissivo, seus pressupostos de tipicidade e o processo de imputação de responsabilidade penal ao agente garantidor	446
4. Conclusão	453

ALCANCE OBJETIVO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DUPLA PERSECUÇÃO PENAL: QUESTIONAMENTOS E PERSPECTIVAS 455

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS E THIAGO DE LUCENA MOTTA

1. Introdução	455
2. Conceituação e Origem Histórica	457
3. Contornos e limites objetivos do <i>ne bis idem</i>	460
3.1. O sistema alemão e a tese do <i>mesmo evento histórico</i>	460
3.2. O modelo estadunidense e o teste de <i>Blockburger</i>	464
3.3. O modelo brasileiro: fatos, tipos penais e independência de instâncias ...	466
4. Conclusão	472
5. Referências bibliográficas	474

PARTE IV

ANPP

IMPRESSÕES SOBRE A INCIDÊNCIA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) NOS CRIMES ECONÔMICOS 479

FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI

1. Introdução	479
2. Uma delimitação prévia.....	482
3. Os pressupostos legais do art. 28-A projetados sobre os crimes econômicos....	486
3.1. Justa causa para denúncia.....	487
3.2. Confissão formal e detalhada do delito.....	490
3.3. Ausência de violência ou grave ameaça	492
3.4. Pena inferior a 4 anos	493
3.5. Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção do delito	494
4. As barreiras para aplicação do ANPP contidas no art. 28-A, parágrafo 2º, CPP e os delitos econômicos.....	496
5. Conclusões.....	499
6. Referências bibliográficas.....	500

PARTE V

COMPETÊNCIA

FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: O CONSENSO EM TORNO DA MUDANÇA 505

FERNANDA REGINA VILARES E DANIEL ZACLIS

1. Introdução	505
2. Panorama geral do foro por prerrogativa de função no Brasil	506
3. Os aspectos problemáticos do foro por prerrogativa de função no Brasil	509
a. O procedimento (im)previsto.....	509
b. Dificuldades práticas	512
c. Aspecto político	515

4. A Questão de Ordem na Ação Penal 937 do STF: tentativa de correção dos problemas por vias alternativas	517
5. Propostas para uma futura Emenda Constitucional	518
6. Conclusão	524
7. Referências bibliográficas.....	525
Internet	526

O JUÍZO ÚNICO PARA JULGAMENTO DA “OPERAÇÃO LAVA JATO”: VIOLAÇÕES AO PRINCÍPIO DO JUÍZ NATURAL E ÀS REGRAS DE COMPETÊNCIA PREVISTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	527
---	------------

MAIRA FERNANDES

1. Introdução	527
2. O caso da Operação Lava Jato. O reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar os processos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A violação ao princípio do juiz natural	529
3. O início da <i>Operação Lava Jato</i>	533
4. O juízo único: os principais questionamentos em torno da fixação da competência para julgamento da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba	534
5. O procedimento apontado por Sergio Moro como “a origem de tudo”, distribuído à já arquivada colaboração premiada de Alberto Youssef	535
6. A impossibilidade de conexão por indícios de novos crimes encontrados fortuitamente em processos de terceiros e a incompetência do juízo de Curitiba para julgar crimes praticados em outros estados	541
7. Considerações finais	550
8. Referências bibliográficas.....	551

A GARANTIA DO JUÍZ NATURAL NO BRASIL: NOVAS TENDÊNCIAS NA CONTENÇÃO DA MANIPULAÇÃO ARBITRÁRIA DA COMPETÊNCIA JURISDICIONAL CRIMINAL	553
--	------------

ADEMAR BORGES

1. Introdução	553
2. O conteúdo do princípio do juiz natural	554
3. O princípio do juiz natural e sua projeção sobre a definição do <i>juiz-pessoa</i> competente para processar e julgar a causa penal	557
4. Juiz natural e as hipóteses de modificação e de concentração da competência... 4.1. A conexão como critério de modificação e de concentração da competência	565 566
5. As consequências processuais da violação às regras de competência: o regime jurídico de nulidade processual e sua vinculação ao parâmetro do juízo aparente	572
6. Conclusões: desenvolvimentos recentes da jurisprudência nacional acerca da garantia do juiz natural à luz dos desafios brasileiros contemporâneos	582
7. Referências bibliográficas.....	584

DE CONEXÃO, PREVENÇÃO E REUNIÃO DE PROCESSOS: MULTIPLICIDADE DE FASES DE OPERAÇÕES COMO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	589
EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA E MATHEUS OLIVEIRA DE CARVALHO	
1. Tema e problemas	589
2. A escolha de juízos <i>universais</i> , com subtração da matéria aos demais	590
3. Conexão: definição e conceitos	594
4. As hipóteses de conexão no direito brasileiro	596
5. Referências bibliográficas	603
OS 80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A PRERROGATIVA DE FORO: REFLEXÕES SOBRE O ARTIGO 84 SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	605
MAURO CAMPBELL MARQUES	
1. Introdução	605
2. O foro por prerrogativa de função no ordenamento jurídico brasileiro e no direito comparado	607
3. A interpretação do art. 84 do Código de Processo Penal: um debate doutrinário ainda em aberto	609
4. A prerrogativa de foro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: uma questão em aberto	613
5. Conclusão	617
6. Referências bibliográficas	618
80 ANOS DO CPP E A FALTA DE CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE TERMOS UM JUIZ IMPARCIAL	619
AURY LOPES JR.	
1. Recordando a genealogia do Código de Processo Penal de 1941	619
2. Não basta mudar a lei, tem que mudar a cultura judiciária	620
3. A difícil implantação do sistema acusatório	623
4. Para além do sistema acusatório: o modelo do duplo juiz e a originalidade cognitiva. as condições de possibilidade da imparcialidade	626
5. Considerações finais e a (im)possível imparcialidade judicial no CPP de 1941	630
6. Referências bibliográficas	631

PARTE VI SUJEITOS

ALGUMAS NOTAS SOBRE OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	635
JOÃO CLAUDIO COUCEIRO	
1. Inglaterra	635
2. França	640
3. Brasil	644

4. A Carta de 37 e o novo CPP	663
5. Conclusão	676

A VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: DIREITO À PROTEÇÃO E NÃO REVITIMIZAÇÃO

679

VALÉRIA SCARANCE

1. A vítima na legislação: o despertar das leis	679
2. Da revitimização	681
3. Contornos da revitimização no processo penal	683
3.1. Existe direito ao silêncio para as vítimas?	684
3.2. A condução coercitiva da vítima	685
3.3. Familiares de vítimas: testemunhas numerárias ou vítimas indiretas? ...	686
3.4. Direitos mínimos previstos no CPP	687
4. Inconstitucionalidade da “defesa da honra”	688
5. Considerações finais	690
6. Referências bibliográficas.....	691
7. Legislação.....	691

A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA LEI MARIA DA PENHA NO PROCESSO PENAL.....

693

ELA WIECKO V. DE CASTILHO

1. Introdução	693
2. A violência de gênero e o art. 27 da Lei n. 11.340/2006	694
3. O movimento vitimológico e os direitos da vítima	697
4. O art. 27 como instrumento de direito de acesso à justiça das mulheres.....	700
5. A participação da vítima no processo penal brasileiro	701
6. A interpretação do art. 27 na doutrina e na jurisprudência brasileira	703
7. Considerações finais	708
8. Referências bibliográficas.....	709

DO DIREITO FUNDAMENTAL À ASSISTÊNCIA JURÍDICA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A RECONSTRUÇÃO DA DINÂMICA PROCESSUAL PENAL.....

713

MARCELA SANTANA LOBO

1. Introdução	713
2. Do direito de assistência jurídica à mulher em situação de violência de gênero como direito humano fundamental.....	715
3. Da reconstrução da dinâmica processual penal à luz dos direitos humanos das mulheres.....	719
4. Considerações Finais	726
5. Referências bibliográficas.....	728

A VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.....

731

VLADIMIR ARAS

1. Introdução	731
---------------------	-----

2. Quem é a vítima?.....	732
3. Os impactos do crime sobre as vítimas	735
4. Os direitos das vítimas.....	737
5. Direitos das vítimas vs. direitos dos acusados	740
6. Quem deve defender a vítima em juízo?	743
7. A vítima como parte no processo penal	745
8. As justificativas para o direito das vítimas de participação no processo penal ...	747
9. A vítima no direito criminal brasileiro.....	750
10. A vítima no processo penal brasileiro vigente.....	752
11. As deficiências sistêmicas do processo penal brasileiro	759
12. Os direitos das vítimas no direito internacional	762
13. Tutela vitimária nos tribunais internacionais de direitos humanos.....	766
14. A vítima no projeto do novo CPP	777
15. Conclusão	783